

Alexandre Morais da Rosa

Doutor em Direito do Estado pela UFPR, Mestre em Direito pela UFSC. Professor de Direito Processual Penal da UFSC. Juiz de Direito (TJSC). Email: alexandremoraisdarosa@gmail.com

Sylvio Lourenço da Silveira Filho

Mestre em Direito do Estado pela UFPR. Especialista em Direito Penal e Criminologia (ICPC/UFPR). Professor de Direito Processual Penal da Universidade Positivo. Advogado. Email: sylviofilho.adv@gmail.com

**Medidas compensatórias
da demora jurisdicional
a efetivação do direito fundamental
à duração razoável do processo penal**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2014

Copyright © 2014 by Alexandre Morais da Rosa e Sylvio Lourenço da
Silveira Filho

Categoria: Direito Público Processual

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Ana Lúcia Morais

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003),
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R788m

Rosa, Alexandre Morais da

Medidas compensatórias da demora jurisdicional : a
efetivação do direito fundamental à duração razoável do processo
penal / Alexandre Morais da Rosa, Sylvio Lourenço da Silveira
Filho. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

104 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 87-91.

ISBN 978-85-67595-58-0

1. Direitos fundamentais – Brasil. 2. Processo penal – Brasil.
3. Prazos (Direito) – Brasil. 4. Razoabilidade (Direito) – Brasil.
- I. Silveira Filho, Sylvio Lourenço da II. Título.

CDD- 342.81085

SUMÁRIO

Introdução	1
CAPÍTULO 1 - Os fundamentos da existência do direito de ser julgado no prazo razoável	1
1.1. As perspectivas do tempo e a natureza do direito à duração razoável do processo	1
1.2. O direito à duração razoável do processo em Tratados e Convenções internacionais e no direito comparado.	12
1.3. O direito à duração razoável do processo no sistema jurídico brasileiro.	21
1.4. O necessário equilíbrio entre o direito à duração razoável do processo e as demais garantias fundamentais asseguradas no processo penal. Crítica à aceleração efficientista.	27
CAPÍTULO 2. Critérios utilizados para a determinação da violação do direito à duração razoável do processo	37
2.1. Os sistemas dos prazos fixos e do não prazo	37
2.2. Os critérios estabelecidos pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos	41
2.2.1 A complexidade do caso	46
2.2.2. A influência da conduta da defesa para a demora ..	49
2.2.3. A atuação das autoridades incumbidas da persecução penal	53
CAPÍTULO 3. A efetivação do direito ao processo penal no prazo razoável: as soluções compensatórias	59
3.1. Termos para a contagem dos prazos	59
3.2. As espécies de soluções compensatórias	64
3.3. O direito à duração razoável do processo na jurisprudência brasileira: alguns precedentes paradigmáticos e as posições firmadas pelo Supremo Tribunal Federal	73
Conclusão	85
Referências	87